

AL NOTÍCIAS

10 anos



Distribuição gratuita



PLENÁRIO

Parlamentares repudiam violência nos estádios de Santa Catarina

Deputados repercutem decisão do TJ favorável à exploração do carvão mineral

Página 10

Audiências públicas vão debater projeto do Iprev

Proposta de origem do Executivo será amplamente discutida com a sociedade

A Assembléia Legislativa vai promover discussão com a sociedade do projeto de origem do Executivo, que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev). As reuniões serão realizadas pelas Comissões de Constituição e Justiça, Trabalho, Administração e Finanças e Tributação. O objetivo é aprimorar a proposta.



Alberto Neves

Página 8 Próximo passo será elaborar calendário de reuniões, cujo número ainda está sendo avaliado pelas comissões

Legislativo começa a fiscalizar situação dos hospitais da Grande Florianópolis

A Comissão de Saúde mantém o foco na situação dos hospitais. O vice-presidente, deputado Jailson Lima (PT), esteve, dia 26, no Hospital Florianópolis apurando denúncia de que faltam médicos na emergência. Na visita acompanhada por médicos da instituição, foi constatado o déficit de pessoal. O assunto será objeto de audiência pública.

O secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem, que visitou a Assembléia no mesmo dia, falou sobre a proposta do Ministério Público de realizar uma perícia para averiguar se há defasagem de funcionários. "Caso sejam detectadas falhas serão feitas as devidas reparações", garantiu.



Carlos Kilian

Página 5 Com 90 leitos, Hospital Florianópolis enfrenta falta de médicos, segundo denúncia encaminhada ao Parlamento

Sessão solene destaca 10 anos da Lei do Voluntariado



Organizações sociais, autoridades e o autor da lei, deputado federal Paulo Bornhausen (DEM), participam da homenagem.

Página 3

Projeto que parcela multas de trânsito divide opiniões

Páginas 6 e 7

OPINIÃO

Quem gosta de presídios?

Presídios não são obras que governos construam com orgulho. A inauguração de um novo presídio nunca é uma glória e nem concorrida. Nenhum cidadão alardeia que seu município tem "x" teatros, cinemas, prédios históricos, parques e presídios. Nenhuma cidade quer ser eleita para sediar presídios. Na verdade, todo cidadão sente-se um pouco envergonhado com a inauguração de mais um presídio em sua cidade, estado ou país. E toda sociedade deveria refletir sobre por que engendra cidadãos destinados ao encarceramento.

A despeito de tudo isso, as prisões são necessárias, e pior, em respeito aos presidiários. No Brasil, o empilhamento de seres humanos em presídios é, ironicamente, caso de polícia. E são raros os casos de recuperação dos encarcerados. Ou seja, as prisões não devolvem à sociedade cidadãos reeducados para um convívio social. E parece que nem mesmo as escolas estão

conseguindo isso.

Mas, já que presídios são necessários, quais são os critérios para determinar onde serão construídos se ninguém os quer? Por que, além de penalizar delinquentes, deve-se punir uma comunidade com a imposição de um presídio? O projeto de lei, encaminhado à Assembleia Legislativa e que concede benefícios fiscais aos municípios catarinenses, autoriza o Estado a promover obras compensatórias às cidades que abriguem penitenciárias e locais de internação de jovens. A implantação de estabelecimentos prisionais dependerá de estudos de viabilidade e impacto sócio-econômico e ambiental.

Em Santa Catarina, vagas prisionais precisam ser urgentemente abertas, porém, nenhum município quer oferecê-las. O projeto pretende que o governo compense municípios que abram vagas prisionais por meio do ICMS, por exemplo. A matéria visa também mudanças

nas estatísticas sobre a população. A idéia é pedir ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que desconsidere a população carcerária do número total de habitantes. Com isso, dados sobre HIV, tuberculose e homicídios, que são colhidos dentro dos presídios, seriam separados dos números gerais para evitar a queda do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O município de São Pedro de Alcântara, onde está instalada uma penitenciária, tem apenas 2,6 mil habitantes e 1 mil presos, mas a população, para a avaliação dos índices de IDH, é de 3,6 mil habitantes. Nos últimos anos, a cidade registrou 11 homicídios dentro da penitenciária, o que contribuiu para a queda do IDH. Em toda a história do município, desde a colonização alemã, ocorreram apenas seis homicídios.

Deputado Cesar Souza Junior (DEM)

Igualdade Racial

Antes de qualquer discussão sobre a necessidade de se promover a igualdade racial em Santa Catarina, é necessário fazer uma abordagem sociológica da questão a qual inclui o processo de degradação e humilhação dos seres humanos de raça negra promovidas pela escravidão. Tal processo foi protegido pelo Estado, o qual patrocinava a exploração do homem pelo próprio homem. É importante deixar claro que a reversão não se dará com o mero formalismo jurídico pelo qual se declara que todos são iguais perante a lei, mas pela implementação de políticas concretas capazes de afirmar os direitos e as capacidades da população negra, prejudicada por mais de 300 anos de escravidão.

Não se muda um país estruturado no trabalho escravo de um dia para o outro, tendo em vista que a prática racista encontra-se enraizada na cultura brasileira.

Tais constatações demonstram a necessidade de implementação de ações concretas voltadas à erradicação das desigualdades materiais. Afinal, as desigualdades materiais, como a falta de condições para o acesso à saúde, educação e à terra, agravam as condições degradantes dos indivíduos excluídos. Logo, não basta que uma Constituição Brasileira garanta a igualdade de todos perante a lei. Neste caso, o Estado deve promover medidas específicas que assegurem igualdade formal e material.

A mais recente filosofia jurídica como a doutrina de Dworkin é firme na defesa da "discriminação compensatória" ou das "ações afirmativas". Segundo essa nova forma de pensar "[...] os programas mais eficazes de ação estatal [no combate às desigualdades sociais] são aqueles que dão uma vantagem competitiva aos grupos raciais minoritários." (DWORKIN, 2002, p.

345). O Brasil carrega marcas profundas de um passado escravista e discriminatório, onde milhares de seres humanos, por serem negros, foram submetidos a uma cruel e desumana exploração durante a escravidão. Sabemos, também, que a abolição da escravatura não representou a plena libertação dos negros, mas aprofundou ainda mais o processo de exclusão social. Enquanto isso, os senhores receberam uma indenização por cada negro libertado. Neste sentido, entendemos que a extinção das desigualdades sociais somente se concretizará com inúmeras ações estatais. Aqui se enquadram as políticas afirmativas ou da promoção da igualdade racial, com iniciativas que visam privilegiar os menos favorecidos e promovam verdadeiros avanços rumo à correção de um erro social histórico.

Deputado Pedro Uczai (PT)

Audiência discute as políticas públicas para as mulheres

No dia 6 de março, marcando a passagem do Dia Internacional da Mulher, no dia 8, será realizada audiência pública para discutir políticas públicas para as mulheres em Santa Catarina. Secretários de Estado foram convidados para apresentar as políticas que suas pastas têm para as mulheres. A iniciativa é das deputadas Ana Paula Lima (PT), Odete de Jesus (PRB) e Ada De Luca (PMDB), esta presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher.

Em parceria com o deputado

Pedro Uczai (PT), as deputadas pediram uma audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) para que receba as mulheres camponesas e urbanas que há mais de um ano aguardam audiência. Pediram também a intermediação do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), para o encontro. Foram convidados os secretários estaduais da Saúde, Dado Cherem, da Educação, Paulo Bauer, da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva de Luca Dias, da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, entre outros.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputadas querem que governador receba mulheres em audiência

[AGENDA]

- **3 de março, 19 horas:** Exposição "Contemplação", da artista plástica Maria de Fátima Silveira Compagnoni
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **4 de março, 19 horas:** Lançamento do livro "Sistema Nacional de Garantias", de Ricardo Mello
Local: Hall da Assembleia Legislativa
- **6 de março, 9 horas:** III Conferência Estadual do Meio Ambiente (Cemasc)
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **6 de março, 14 horas:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública para discutir políticas públicas para as mulheres em Santa Catarina
Local: Auditório do Tribunal de Justiça
- **7 de março, 9 horas:** III Conferência Estadual do Meio Ambiente (Cemasc)
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

Mesa



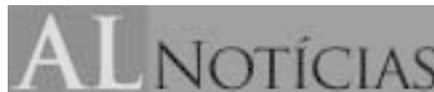
Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andrea Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier, Diogo Evandro Ferreira e Robson Ribas.

Assembléia destaca os 10 anos da Lei do Voluntariado

Sessão solene homenageia anônimos que fazem do interesse social e comunitário a razão de viver

Fotos: Solon Soares

Rose Mary Paz Padilha

Doar seu tempo, trabalho e talento às causas de interesse social e comunitário. Assim é a rotina dos voluntários, que na noite do dia 25, em sessão solene, no plenário, festejaram os 10 anos da Lei 9.608/98, que regulamentou o trabalho voluntário no Brasil. A comemoração, proposta pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), reuniu representantes de organizações sociais que contam com a ajuda voluntária, autoridades e o autor da lei do voluntariado, deputado federal Paulo Bornhausen (DEM/SC).

Em Santa Catarina, o Instituto Voluntários em Ação atua na Grande Florianópolis desde 1998, intermediando milhares de voluntários para mais de uma centena de organizações nas áreas de assistência social, educação, saúde, cultura, defesa de direitos e preservação ambiental. Para este ano, o projeto deverá ser estadualizado, permitindo que todas as cidades catarinenses possam ser assistidas.

Para Cesar Júnior, a lei revolucionou o trabalho voluntário no país. "Essa lei garantiu segurança jurídica ao trabalho voluntário. O Brasil ainda engatinha nesse sentido, mas não desistam, porque a sociedade depende da ação social de vocês", declarou o parlamentar.

Os deputados Marcos Vieira (PSDB) e Reno Caramori (PP) fizeram pronunciamentos em nome de suas bancadas. O parlamentar tucano falou da expansão do trabalho voluntário nos últimos anos. "O voluntariado sempre existiu, mas seu crescimento mais marcante se deu na última década, fenômeno ligado a uma certa independência do novo cidadão, que não se sujeita mais a esperar soluções prontas do poder público". Caramori, por sua vez, fez um histórico dessa atividade no Brasil, onde, segundo a ONU, 42 milhões de brasileiros exercem algum tipo de atividade voluntária, o que corresponde a 25% da população. "Palmas à lei, palmas aos abnegados que dedicam a própria vida para praticar o bem".



Proposta pelo deputado Cesar Souza Júnior, cerimônia reuniu organizações sociais, autoridades e voluntários



Deputado federal Paulinho Bornhausen recebe homenagem, lembrando da dificuldade para aprovação da lei

Deputados entregam placa a autor da proposta

Para homenagear o autor da lei, os deputados Cesar Júnior, Reno Caramori, Marcos Vieira, José Natal Pereira (PSDB) e Jean Kuhlmann (DEM) entregaram a Paulinho Bornhausen uma placa em nome do Parlamento catarinense.

Ao fazer uso da palavra, no en-

cerramento da sessão, Bornhausen lembrou das barreiras jurídicas do passado para a prestação do trabalho voluntário no país. Falou ainda das dificuldades que enfrentou quando da elaboração do projeto e da sua tramitação. "Alguns deputados e senadores, na época,

criticaram o projeto, mas depois da declaração do representante do Unicef no Brasil, afirmando que os que votassem contra teriam seus nomes divulgados no site do Unicef como inimigos das crianças, a votação foi simbólica, e todos aprovaram", declarou.

Dedicação na reabilitação de deficientes visuais

Angolano de nascimento e morando na Capital há sete anos, Victorino Elhama Bala Elima, da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), de Florianópolis, agradeceu aos que se dedicam à entidade. "Nos dá prazer e alegria sentir que o voluntário leva sua experiência, carinho e amor para a reabilitação plena dos cegos", afirmou Victo-

rino, que qualificou a ACIC como uma das melhores entidades do Brasil.

Ganhador em 2005 do "Prêmio Exemplo Voluntário", Henrique Paulo Dalmagro, voluntário na Escola Básica Pero Vaz de Caminha, em Florianópolis, também fez seu pronunciamento. "Mais que ajuda financeira, os voluntários necessitam de respeito e carinho".



Angolano residente há sete anos na Capital fala do trabalho da ACIC

INSTITUCIONAL

Reforço no combate à violência escolar

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais aprova projeto que cria política de prevenção no âmbito da educação

Casos de violência cometidos por alunos contra professores e educadores nas escolas catarinenses, principalmente públicas, com agressões físicas e verbais, vêm sendo registrados com grande frequência nos últimos anos. Estatísticas mostram que há expansão de gangues no meio estudantil, especialmente por motivos relacionados ao uso e tráfico de drogas.

Para estimular a reflexão nos estabelecimentos de ensino e nas comunidades e a realização de atividades extracurriculares, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais aprovou, dia 27, projeto do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), sob nº 355/07, que institui a política de prevenção à violência contra educadores na rede de en-

sino fundamental e médio de Santa Catarina. "A instituição escolar, principalmente os educadores, está sofrendo com ações de vandalismo, que inclui depredações das escolas e agressões físicas e verbais contra professores e dirigentes, o que afeta o papel da escola, que tem caráter transformador", declarou o autor da matéria.

O projeto prevê ainda medidas preventivas e cautelares nos casos em que os educadores estejam sob risco de violência. O professor em situação de risco poderá ser afastado de suas atividades enquanto persistir a ameaça, ou em casos mais graves, ser transferido para outra escola. Por unanimidade, a Comissão aprovou calendário de eventos para março (veja quadro abaixo)



Membros da Comissão aprovam calendário para março, que destaca programação relativa ao Dia da Mulher

Calendário de eventos para março

Dia 8 , o dia todo	Auditório da Unisul, em Tubarão	Jornada Maria da Penha, que vai discutir a violência contra a mulher
Dia 10 , das 8 às 18 horas	Plenarinho da Assembléia	Conferência Internacional da Mulher. Políticas públicas para as mulheres será o tema central do encontro
Dia 13 , às 14 horas	Plenarinho da Assembléia	Audiência pública sobre políticas públicas para a defesa do consumidor catarinense
Dia 18 , às 14 horas	Plenarinho da Assembléia	Atividades relacionadas ao Dia Estadual de Prevenção ao Desaparecimento de Crianças no estado
Dia 26 , às 19 horas	Plenário da Assembléia	Sessão solene que prestará homenagem póstuma a Beto Carrero.

Entidades carentes poderão ser beneficiadas com produtos apreendidos

Asilos, creches e entidades carentes de Santa Catarina poderão receber produtos apreendidos pelas autoridades competentes com poder de polícia. Entre os produtos, estão brinquedos, medicamentos (com exceção dos falsificados) e alimentos. No caso dos brinquedos serão excluídos os que apresentarem risco à saúde das crianças. Em relação

aos medicamentos e alimentos apreendidos, estes só serão doados após a inspeção da vigilância sanitária. Preferencialmente, serão beneficiadas instituições que cuidam de crianças e idosos.

Isso é o que prevê o projeto 547/07, aprovado no dia 27, pelos deputados da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e que tem como autora a

deputada Odete de Jesus (PRB). "Esses produtos serão de grande utilidade para as entidades carentes", afirmou a parlamentar, que também é autora de outra lei, que estabelece o dia 12 de outubro, Dia da Criança, como data para as escolas trocarem brinquedos que incitam a violência por brinquedos educativos.

Agricultura cobra explicação da Cidasc

Um pedido de informação ao presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (Cidasc) foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Política Rural. Os deputados querem esclarecer cobrança de taxa de R\$ 10,00 para emissão de documento de Permissão de Trânsito Vegetal (PTV).

O autor do pedido de informação, deputado Reno Caramori (PP), questionou o embasamento legal para a cobrança da taxa; quais as plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal abrangidos pela cobrança da taxa; que espécies de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal não-veiculadores de pra-

gas quarentenárias; de que forma será feita a cobrança de taxa para a PTV, e se ela incide sobre a carga transportada ou sobre a nota fiscal emitida pelo produtor ou agroindústria.

O documento também trata do âmbito da cobrança, que será feita para o transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; e se os produtos florestais também pagarão o tributo.

A resolução foi publicada em janeiro e deixou os agricultores preocupados. Ela instituiu a cobrança emitida pela Cidasc por técnicos habilitados da Defesa Sanitária Vegetal. Os recursos provenientes serão recolhidos diretamente para uma conta corrente específica da

Cidasc e serão destinados regularmente ao custeio e investimentos em ações e programas de Defesa Sanitária Vegetal.

Conforme Caramori, a norma regulamenta uma lei federal que autoriza a cobrança da taxa, mas não especifica o valor.

Em Plenário, o deputado Dirceu Dresch (PT) disse ter entrado em contato com secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron (DEM), que salientou que só será cobrada a taxa de cargas fechadas que sairão do estado. "Mas isso não está especificado na resolução, e quem vai arcar com o custo será o produtor ou o consumidor. Estamos atentos à instituição de novas cobranças", ressaltou.

Conferência vai debater as mudanças climáticas

A III Conferência Estadual do Meio Ambiente (III CEMASC), que vai centrar foco nas mudanças climáticas, será realizada nos dias 6 e 7 de março, na Assembléia Legislativa. A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, representando o Legislativo, integra a Comissão Organizadora Estadual (COE/SC). A etapa estadual precede a Conferência Nacional do Meio Ambiente (III CNMA), programada para maio.

Com a etapa preparatória ao evento, foram realizadas sete conferências regionais, realizadas entre setembro e outubro do ano passado, em Chapecó, São José,

Lages, Criciúma, Joinville, Blumenau e Joaçaba. Entre os mais de mil inscritos na etapa regional, foram eleitos aproximadamente 350 delegados para a III CEMASC. Para mais informações, consultar o site www.cemasc.org.br.

O tema "Mudanças Climáticas será trabalhado em quatro eixos temáticos I) Mitigação; II) Adaptação; III) Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; IV) Educação Ambiental, Formação, Comunicação e sustentabilidade. O objetivo é buscar subsídios e propostas na construção da Política e do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas.

INSTITUCIONAL

Fotos: Carlos Kilian



Com cerca de 90 leitos, hospital convive com deficiências na infra-estrutura e falta, especialmente, de médicos; plantonistas reclamam que não têm tempo sequer para refeição e higiene pessoal

Parlamentar fiscaliza hospitais da Grande Florianópolis

Denúncia de precariedade e falta de funcionários leva vice-presidente da Comissão de Saúde ao Hospital Florianópolis

Tatiani Magalhães

As denúncias sobre o estado dos hospitais públicos de Santa Catarina, em especial na região da Grande Florianópolis, continuam na pauta da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa. Na condição de vice-presidente da comissão, o deputado Jailson Lima (PT), que abordou recentemente o assunto em Plenário, tomou a iniciativa de buscar esclarecimentos e providências para o problema, considerado emergencial.

Jailson esteve no Hospital Florianópolis dia 26 para fiscalizar e conversar com alguns funcionários sobre o atendimento prestado pela instituição. Ao percorrer as dependências do hospital, Jail-

son constatou que a deficiência vai além da falta de funcionários. "A estrutura física também está deficitária", observou;

Durante a visita, o parlamentar foi recebido pelos médicos Antonio César Pereira, responsável pelo setor da Emergência, e Vânio Lisboa, chefe da Unidade Intensiva de Terapia (UTI). O hospital possui aproximadamente 90 leitos. "A falta de médicos compromete o atendimento de qualidade. Da totalidade de leitos, nove pertencem ao setor da emergência, que trabalha atualmente com um clínico geral por plantão noturno. Cerca de 80% do atendimento do hospital é direcionado ao clínico médico. É inviável atender a todos", explicou Pereira.

Problemas aumentaram com demissão de médicos

O médico Antônio César Pereira revelou que a instituição vem sofrendo sérios problemas há nove meses, desde a demissão de 10 médicos temporários, em junho de 2007. De acordo com o responsável interino pela Emergência do hospital é necessário o mínimo de oito médicos para a escala noturna e dois para o atendimento diário. "Vivemos uma rotina de 12 horas no plantão sem tempo para uma refeição adequada, higiene pessoal e ainda estamos sujeitos a agressões físicas e verbais por familiares revoltados com o atendimento", desabafou.

Ao explicar os problemas enfrentados pelo hospital, Pereira destacou também que a falta de profissionais impossibilita que os médicos do hospital participem

de congressos, cursos, entre outros eventos que possam trazer benefícios para a instituição. "Temos profissionais na área da saúde aprovados em concursos para serem chamados e até agora nada", comentou.

Perícia

O deputado licenciado e atual Secretário de Estado da Saúde, Dado Cherech, esteve na Assembléia dia 26 e falou sobre a proposta do Ministério Público de realizar uma perícia para averiguar se há defasagem no número de funcionários dos hospitais. "Caso sejam detectadas falhas serão feitas as devidas reparações. O Conselho Regional de Medicina (CRM) diz que é necessária a contratação de 368 novos funcionários, mas creio

que a perícia irá comprovar que os números são equivocados. A relação de funcionários por leito nos hospitais estaduais é maior do que na iniciativa privada", afirmou.

Segundo o secretário, cerca de 55 pessoas foram chamadas depois da realização do concurso público. "Muitos candidatos não ocupam as vagas por não ter os títulos necessários para a sua efetivação. Um concurso foi realizado e, a princípio, seriam chamados 900 funcionários, mas o número superou os 1.200. Até o final do ano chegará a 2 mil." Cherech também considerou a necessidade de novos leitos em municípios como Palhoça, Biguaçu e Florianópolis, onde as populações duplicaram. "Mas o ideal seria a construção de mais hospitais", afirmou. (colaborou Denise Arruda Bortolon)

Audiências públicas vão ajudar no diagnóstico

Diante das palavras de desabafo, Jailson Lima se comprometeu, através do Parlamento catarinense, em promover uma audiência pública após visitas aos hospitais da região. "Vamos sensibilizar o governo do Estado", destacou. Com relação à afirmação de que existem profissionais aprovados em concursos que não foram chamados, Jailson

afirmou que vai convocá-los para a audiência pública.

Em sua visita aos vários setores do hospital, Jailson teve a confirmação que a situação é grave e tende a piorar com o quadro de funcionários atual, já que a Clínica Médica atualmente apresenta uma lotação diária. Ao conversar com o parlamentar, Lisboa, chefe

da UTI, apresentou um ponto positivo diante de um cenário considerado assustador. "Temos bons equipamentos para uma população carente que realmente necessita de atendimento, mas a falta de profissionais nos deixa de braços atados em um setor que precisa se manter ativo a todo instante."



Médico Antônio Pereira mostra instalações para deputado Jailson Lima

ESPECIAL



Proposta prevê benefício apenas para veículos licenciados no estado, cujas multas ocorridas até a entrada em vigor da lei, que pode ser vetado ou sancionado pelo Executivo

Projeto que parcela multas de trânsito gera polêmica

Opiniões se dividem em relação à matéria que depende de sanção do governador para se transformar em lei

Rodrigo Viegas

Aprovado pela Assembleia no dia 19 de fevereiro e à espera da apreciação do governador Luiz Henrique da Silveira, o projeto de lei nº 44/2007, que autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito em Santa Catarina, tem gerado diferentes manifestações tanto no Parlamento como nas entidades ligadas ao setor. Enquanto o deputado Marcos Vieira (PSDB), autor do substitutivo global, vê o projeto como maneira de quitar a vida dos infratores.

Originalmente proposta pelo deputado Kennedy Nunes (PP), a matéria recebeu substitutivo de Vieira que, entre outras modificações, impôs limite de data para o parcelamento das infrações. Com a alteração, o parcelamento será permitido apenas em multas anteriores à futura lei.

O governador receberá o projeto até esta sexta-feira, (29) e, a partir do recebimento, tem 15 dias para dar

seu parecer. Caso opte pelo veto, a Assembleia tem mais 30 dias para aprovar ou rejeitar a decisão. Em caso de rejeição do veto, o projeto será promulgado pela Casa e vira Lei. O parcelamento abrangerá apenas veículos licenciados no estado e contempla multas de trânsito cometidas até a entrada em vigor da lei. Infrações registradas após a data não poderão ser parceladas e apenas as multas de competência estadual em SCs ou aplicadas pela Polícia Militar em vias urbanas terão direito ao parcelamento, que deverá ser feito em até três parcelas iguais, reajustadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE.

O acordo obedecerá aos termos expedidos pelo órgão competente, ao qual caberá a concessão, controle e administração do parcelamento, bem como as adequações. Caberá exclusivamente ao proprietário do veículo ou ao seu representante legal o pedido de parcelamento do débito. A formalização de termo específico de parcelamento impossibilitará a transferência de

propriedade do veículo, enquanto não for saldada a dívida. Para fins de licenciamento, o vencimento da última parcela não poderá ultrapassar o mês imediatamente anterior ao do licenciamento anual, de acordo com o dígito final da placa. Em caso de inadimplência o acordo será automaticamente rescindido. Caberá ao Executivo, na regulação do projeto, criar mecanismos que facilitem o ingresso do contribuinte ao benefício, promovendo sua ampla divulgação.

Autor da proposta original, Kennedy acredita que alguns artigos do substitutivo tornaram inócua o projeto. Ele reclama do limite de data, já que por sua iniciativa o projeto previa contemplar infrações em qualquer período. Para ele, "não há intenção de conceder facilidades aos infratores, mas solucionar o acúmulo de automóveis nas garagens da PM e permitir ao motorista de baixa renda, que cometeu uma infração aleatória, ter uma alternativa de pagamento, assim como já existe com o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA)".

As 10 infrações mais cometidas em Santa Catarina

1º	Velocidade superior até 20% em vias expressas ou rodovias	5 pontos na carteira
2º	Estacionamento Irregular	3 a 7 pontos
3º	Velocidade superior até 50% em não-rodovias	5 pontos
4º	Avanço de sinal vermelho	7 pontos
5º	Não usar sinto de segurança	5 pontos
6º	Não registrar veículo em 30 dias	5 pontos
7º	Veículo não registrado ou licenciado	5 pontos
8º	Ultrapassagem indevida	5 a 7 pontos
9º	Dirigir veículo sem Carteira de Habilitação	7 pontos
10º	Conduzir veículo sem documento de porte obrigatório	3 pontos

Fonte: dados do site do Detran (2006)



Solon Soares

Especialistas temem facilidade a infrator

É a facilitação ao motorista infrator que divide opiniões, principalmente dos órgãos ligados à educação no trânsito. Segundo José Lelis de Souza, mestre em engenharia de trânsito e presidente do Instituto Catarinense de Estudos de Trânsito (Icetrans), "tenho restrições quanto ao projeto porque acredito que ele esteja incentivando os condutores que cometem mais infrações. Dividir os valores com parcelamentos é minimizar as penalidades impostas".

Lelis também faz referência às ações de âmbito nacional que têm sido destacadas pelo Ministério Público. "Parece-me um contra-senso este tipo de inicia-

tiva, já que o Ministério Público está em campanha por medidas mais rígidas para penalizar os motoristas infratores".

O engenheiro sugere proposições que contemplem os bons motoristas: "Na minha concepção os projetos deveriam beneficiar motoristas que não cometem infrações e não aqueles que cometem. Descontos no IPVA para quem não recebe multas seria uma proposta mais educativa".

A mesma linha de pensamento é observada pelo psicólogo do Departamento de Campanhas Educativas do Detran, Jacinto Antônio Pereira.

"As propostas neste setor devem ter um caráter pedagógico

visando à mudança de hábitos para que não se repitam as infrações. Quanto ao fato do projeto contribuir para o esvaziamento dos pátios da PM é bom destacar que o mecanismo para isso é o leilão, o que também gera receita. Facilitar o pagamento de multas com estes objetivos é um equívoco, já que a falta de condições para manutenção de um veículo também caracteriza uma infração".

Arrecadação

O deputado Marcos Vieira, autor das mudanças proporcionadas pelo substitutivo global, concorda com o teor educativo,

mas lembra que diminuir valor implica em diminuição de receita, enquanto a proposta aprovada deverá, ao contrário, aumentar a arrecadação.

Vale lembrar que propostas que concedem renúncia fiscal não podem ter origem na Assembleia Legislativa, precisam partir do Executivo.

Na avaliação de suas modificações ao projeto de lei, o parlamentar tucano salientou que, "a proposta não incentiva infrações porque atinge quem recebeu multas até a promulgação da lei".

E explica: "É como o incentivo concedido para quem tinha impostos atrasados. O valor cresceu

muito e precisa de um artifício para que se consiga quitar este passivo. É uma dívida para a qual o estado está buscando um mecanismo facilitador e a Assembleia propôs esta matéria".

Em síntese, Vieira acredita que "o mais importante é dar oportunidade ao contribuinte para regularizar o emplacamento, coisa impossível de ser efetuada com multas em atraso. Isso é bom para a sociedade e bom para o governo já que facilita ao cidadão a documentação regular e gera receita para a administração. Também traz para a legalidade os veículos que estão à margem, com multas e sem emplacamento, portanto totalmente ilegais".

Carlos Kilian

Sindicato dos Condutores apóia proposta

Preocupado com a constitucionalidade da matéria, mas acreditando ser uma iniciativa positiva, o presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina (Sindemosc), Murilo dos Santos, não acredita que o parcelamento incentive as infrações. "As pessoas estão acostumadas a se preocupar com as multas, mas se esquecem que não é apenas o aspecto pecuniário, existe a pontuação na carteira, a suspensão da habilitação e, em casos mais graves, a cassação do direito de dirigir", analisou.

Segundo Murilo, "estados que legislaram sobre o tema foram contestados em virtude de a União ser a responsável pelo setor, porém acredito que iniciativas deste tipo podem influenciar na esfera federal, provocando a apresentação de matéria semelhante no Congresso Nacional".

No universo de mais de 1,5 milhão veículos que circulam em Santa Catarina, a Lei Orçamentária Anual 2008 estima arrecadação em torno de R\$ 2,2 milhões em multas de trânsito. Os autos de infração prescrevem em cinco anos, quando os proprietários de veículos podem pedir o arquivamento das multas e regularizar o licenciamento. Pelo que prevê o texto, se convertido em lei, ele vai entrar em vigor apenas em janeiro de 2009, mas o deputado Kennedy Nunes pretende sugerir ao Executivo que veto os artigos com os quais não concorda e que em sua opinião "desfiguraram" o projeto. Caso obtenha sucesso, Nunes quer antecipar a vigência para logo após a sanção do governador ou promulgação pelo Legislativo.



Santa Catarina estima arrecadar R\$ 2,2 milhões com multas decorrentes dos mais de 1,5 milhão de veículos em SC

Matéria acirra debate em Plenário

A polêmica sobre o Projeto de Lei nº 44/07, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), prosseguiu na sessão do dia 28. No dia anterior, Kennedy apresentou um requerimento à Mesa pedindo o

esclarecimento dos pontos que geraram dúvidas.

Como presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado Romildo Titon (PMDB) explicou aos demais parlamenta-

res toda a tramitação do projeto desde sua entrada na Casa, em 7 de março de 2007, e esclareceu a divergência entre Nunes e Marcos Vieira (PSDB). "Quero retificar que, de acordo com a

técnica legislativa na elaboração da redação final, a matéria que trata de tributo entra em vigor no ano subsequente à aprovação, neste caso, em janeiro de 2009", esclareceu Titon.

COMISSÕES

Fotos Alberto Neves



Na Comissão de Finanças, parlamentares ouvem sugestão do presidente, Jorginho Mello, que defende a realização de 10 reuniões para discutir projeto com a sociedade nas macrorregiões

Audiências públicas vão debater o Iprev

Proposta de origem do Executivo, que cria Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, será amplamente discutida com a sociedade

O assunto que dominará as discussões da Assembléia Legislativa neste primeiro semestre, o projeto que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev), será debatido em audiências públicas. As reuniões serão promovidas pelas Comissões de Constituição e Justiça, Trabalho, Administração e Serviço Público e Finanças e Tributação, conforme definido dia 27 e confirmado pelo presidente, da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello (PSDB).

O parlamentar defendeu que sejam feitas audiências a exemplo do Orçamento Regionalizado, que organiza 10 encontros agregando os municípios que fazem parte das macrorregiões do estado.

Envolvendo o futuro previdenciário dos servidores efetivos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas (TCE) e do Ministério Público (MP), a proposta, do Executivo, tem o

objetivo de criar dois fundos: o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário.

O Fundo Financeiro está destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público e aos que já recebiam anteriormente, e o Previdenciário, para pagamento da previdência aos segurados que venham a ingressar no serviço público.

Jorginho Mello disse que este não será apenas um trabalho homologatório, pois os parlamentares têm o propósito de aprimorar o projeto. Ele mesmo informou que já está estudando emendas no que diz respeito a aposentadorias de servidores da segurança pública. "Teremos que ter coragem e audácia para encaminhar uma solução a esta questão", diz Mello.

Atualmente 33% dos recursos do Estado estão comprometidos com aposentadorias, gerando um déficit de R\$ 80 milhões mensais.

Impasse em torno do número de reuniões

Na reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, dia 26, o impasse ficou em torno do número de audiências públicas para debater o projeto do Iprev. A oposição defende 36 reuniões "para confirmar se o governo é mesmo descentralizado". A base governista, por sua vez, considerou o número além do possível e necessário para que a qualidade de informação seja mantida.

Joares Ponticelli (PP) garante o Legislativo tem total condição de fornecer estrutura para que as 36 audiências aconteçam. Por sua vez, Gelson Merísio (DEM) sugeriu que fosse seguido o exemplo das audiências que tratam do Orçamento Regionalizado. O deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo e relator da matéria, admite que o debate merece atenção. "Que façamos com abso-

luta segurança a realização desse processo", afirmou.

Como próximo passo, os presidentes das Comissões de Finanças e Tributação, CCJ, Trabalho e Serviço Público vão se reunir para elaborar um calendário para as audiências. Como relator do PLC nº 50/07, Nadal também fará um calendário e, em futuras reuniões, os parlamentares irão definir o melhor modelo a ser adotado.



Membros da Comissão autorizam audiência pública para discutir Parque Metropolitano da Grande Florianópolis

Kuhlmann no Trabalho

Após assumir a presidência do Fórum Permanente em Prol da Duplicação da BR-470, o deputado Jean Kuhlmann (DEM) também foi confirmado novamente na presidência da Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público. Kuhlmann participa ainda da Comissão de Constituição e Justiça como membro titular.



Kuhlmann: comando

CCJ quer saber impacto de gratificações

Dois requerimentos foram aprovados, dia 26, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O primeiro, proposto pelo deputado Pedro Uczai (PT), requer ao Executivo o envio de um estudo do impacto financeiro do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 49/07, que trata das gratificações aos servidores estaduais.

Conforme Uczai, o PLC foi enviado ao Parlamento incompleto, sem nenhuma menção do impacto financeiro aos cofres públicos, ge-

rado pela criação de novos grupos de gratificações para licitações em todas as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR). Mesmo que a competência da CCJ seja "primar pela legalidade e constitucionalidade", o petista enfatizou que, do ponto de vista legal, é preciso que conste no projeto as informações financeiras.

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), na condição de relator da matéria e líder do governo, se comprometeu em trazer as infor-

mações na próxima reunião da comissão. Após deliberação na CCJ, o projeto segue para a Comissão de Finanças e Tributação.

Foi aprovado ainda o requerimento para realização de audiência pública em 26 de março, em Florianópolis, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), para discutir Parque Metropolitano da Grande Florianópolis. A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

PLENÁRIO

Localização da praça de pedágio de Palhoça mobiliza Parlamento

Estradas federais em Santa Catarina terão sete pontos de cobrança de taxa

As sete praças de pedágios previstas para serem instaladas nas rodovias federais em Santa Catarina, quatro na BR-101 e três na BR-116, devem começar a funcionar já no mês de agosto. Entretanto, a localização da praça anunciada para Palhoça está desagradando a população e repercutiu no Parlamento catarinense no dia 26. Os deputados Edison Andrino (PMDB) e José Natal Pereira (PSDB) manifestaram-se frontalmente contrários à praça.

Andrino apresentou e obteve a aprovação para o envio de requerimento ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), João José dos Santos, solicitando a transferência do local previsto.

De acordo com o parlamentar, os moradores de Palhoça terão que pagar a taxa de pedágio todas as vezes que se deslocarem para os balneários da cidade. "Queremos desonerar os palhocenses. A finalidade do pedágio não é cobrar de quem circula dentro do município, mas, sim, de viajantes intermunicipais e interestaduais", alegou.

O deputado Natal também informou que apresentará moções e, se aprovadas em Plenário, serão encaminhadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao DNIT pedindo que não sejam instaladas praças de pedágio nas rodovias federais que cortam o estado, especificamente nos trechos que atravessam grandes perímetros urbanos.



População que se manifestou contra o pedágio nas rodovias federais também não concorda com posição da praça

Carlos Kilian



Deputados Natal e Edison Andrino se manifestaram contra medidas

Venda de bebidas alcoólicas nas rodovias

Também na sessão do dia 26, os dois parlamentares se manifestaram de forma idêntica em outro assunto envolvendo as rodovias. Desta vez o deputado Natal obteve a aprovação da Moção nº 15/08, que solicita ao presidente Lula a revisão da Medida Provisória 145, sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais, em regime de urgência. "Não podemos admitir que uma lei venha interferir de forma prejudicial nos grandes centros

urbanos e comerciais que já existiam tradicionalmente antes do traçado de uma rodovia".

O deputado Edison Andrino (PMDB) comentou que a medida trouxe prejuízo principalmente ao comércio e aos produtores de bebidas artesanais. "Não podemos ser bodes expiatórios. O motorista que quiser beber vai sair do comércio periférico e vai beber no centro das cidades. Temos que discutir a proibição com mais profundidade antes da sua regulamentação", salientou.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), também se manifestou contra a medida que prejudica os mercados coloniais, adegas de vinho, hotéis e restaurantes localizados no perímetro das rodovias. "Temos seis meses para regulamentar isso. Queria também assinar moção para que a União reveja esta lei que, se mantida, será a lei do desemprego e da exclusão. Precisamos encontrar um encaminhamento que não prejudique estes setores", acrescentou.

Requerimento sugere mudanças para o trânsito da Capital

O trânsito caótico nas proximidades das pontes Colombo Salles e Ivo Silveira, em Florianópolis, motivou o deputado Dagomar Carneiro (PDT) a apresentar à Assembléia Legislativa, no dia 27, um requerimento com sugestões de mudança aos acessos Ilha-Continente e Continente-Ilha. De acordo o parlamentar, o requerimento será encaminhado ao prefeito e ao presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). "Nossa proposta, de baixo custo, é viabilizar novas pistas de acesso às pontes utilizando os canteiros e acostamentos", comentou.

Ele lembrou que os engarrafa-

mentos que acontecem no início da manhã e da noite duravam em torno de uma hora. Porém, atualmente, o fluxo de carros aumentou gerando longas filas e impossibilitando a população de chegar a seus compromissos nos horários previstos. "Além de construir novas pistas de acesso às pontes, a prefeitura pode utilizar, na parte da manhã, quando o fluxo maior é no sentido Continente-Ilha, uma pista da Ponte Colombo Sales para entrar na Capital, além da Ponte Pedro Ivo. Da mesma forma, no período da noite, quando o fluxo é Ilha-Continente, seria usada uma pista da Ponte Pedro Ivo", explicou. Dagomar ressaltou que a idéia é

utilizada na Ponte Rio-Niterói e traz bons resultados para o estado do Rio de Janeiro.



Dagomar: baixo custo

Monitoramento eletrônico de Blumenau à espera de renovação

A paralisação dos serviços pela empresa que faz a manutenção do monitoramento eletrônico das ruas de Blumenau tem deixado o deputado Jean Kuhlmann (DEM) preocupado. Conforme a empresa responsável, o serviço será suspenso no dia 1º de março apenas em Blumenau. Joinville e Florianópolis continuam com o sistema em até 30 de junho. "Vou me sentir muito desprotegido. É preciso que esse contrato seja renovado."

Kuhlmann acrescentou que a interrupção vai comprometer as atividades constitucionais da polícia ostensiva. "Isso pode e com certeza vai gerar reflexos negativos à imagem da administração estadual", completou.

O serviço de manutenção do sistema de monitoramento eletrônico foi indeferido pelo Grupo Gestor do Governo. A manutenção de centrais eletrônicas (190) e a limpeza do Hospital da PM também foram indeferidas.

O coordenador técnico dos projetos diferenciados da Secretaria de Estado da Segurança Pública, tenente-coronel da Polícia Militar Vânio Luiz Dalmarco, explicou que as operações continuarão normais no município, já que o sistema é operado pela PM. Ele confirmou que o contrato com a empresa chegou ao fim e que ainda não foi renovado porque está respeitando os trâmites legais e burocráticos do Estado.

PLENÁRIO

Parlamentares repudiam a violência nos estádios

A explosão da bomba que provocou a perda da mão direita do torcedor Ivo Costa, de 62 anos, na partida entre Criciúma e Avaí, no dia 24, em Criciúma, foi debatida em Plenário no dia 26. Os parlamentares consideram que algo deve ser feito para conter a violência, como o maior rigor na revista dos torcedores e a colocação de detectores de metal nas portas dos estádios. Também foi destacado que as atitudes agressivas são de apenas alguns torcedores e não podem ser generalizadas como comportamento de toda torcida.

Para o deputado Clésio Salvaro (PSDB), além de lamentável, a atitude de quem leva uma bomba para o estádio é comportamento de um irresponsável. "Também existe um despreparo da polícia do município, que em vez de oferecer



Salvaro: irresponsabilidade

mais segurança acabou agredindo com violência os torcedores do Criciúma". O parlamentar considera que deve haver um rigor maior quando do ingresso da torcida nos estádios. Salvaro diz que "99% dos que estavam lá no estádio do

Criciúma são pessoas de bem".

Para José Natal Pereira (PSDB), é preciso repudiar de forma veemente essa ação de alguns torcedores "selvagens e irresponsáveis, que saíram de casa já mal-intencionados, pois fabricaram a bomba e, sabedores de que era uma atitude reprovável, esconderam o artefato na cueca". E completou: "em nome da torcida do Avaí, eu quero pedir desculpas à família do seu Ivo e ao município de Criciúma".

O mesmo posicionamento têm os deputados Manoel Mota, líder do PMDB, Valmir Comin (PP) e Cesar Souza Júnior (DEM), que analisa o fato como "uma situação de terror". Cesar Júnior pede às torcidas que façam uma "limpeza" nos seus associados. "O portador da bomba não pode ser chamado de torcedor, pois é um

bandido, um marginal".

Proposta

O deputado Décio Góes (PT) propõe que sejam colocados detectores de metal junto aos portões de entrada dos estádios de futebol em Santa Catarina e está elaborando uma proposta neste sentido. "Também precisamos melhorar o debate e apelo para criar condições de humanizar os estádios."

Comin lamentou o episódio. "Eu sou um freqüentador assíduo dos jogos do Tigre e é muito triste ver uma pessoa com esse espírito maligno nos estádios". Ele cobrou eficácia e objetividade das autoridades.

"É lamentável ter que vir à tribuna e falar sobre isso. Não

deveríamos conviver com esse tipo de ação", afirmou. Para Mota, Criciúma não merecia esse episódio. "Temos que ser mais atentos no que diz respeito à segurança", falou.



Góes: detectores de metais

Sinal verde do TJ para exploração de carvão no sul repercute em Plenário

A decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de considerar viável a convivência entre a exploração do carvão mineral e a agricultura no Sul do estado teve repercussão no Legislativo. Para os deputados, o resultado dessa definição será o desenvolvimento de toda a região. Valmir Comin (PP) considera que a resolução do TJ é

histórica e o presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, Silvio Dreveck, líder do PP, diz que a medida vai ser muito importante para a geração de empregos.

Os desembargadores do TJ definiram que é constitucional a Lei Municipal de Içara nº 2.086/04, em seu artigo 5º,

permitindo as atividades industriais em áreas de preservação ambiental, desde que licenciadas pelos órgãos responsáveis. O motivo deste debate foi um pedido para implantar uma mina de extração de carvão mineral no município, junto às comunidades de Santa Cruz, Espigão e Esplanada, que são áreas agrícolas.

Deputados prevêm que decisão vai refletir na geração de novos postos de trabalho

Para o deputado Silvio Dreveck, a deliberação do TJ é importante para o desenvolvimento do Sul catarinense. "Havendo um estudo minucioso através do DNIT e dos órgãos ambientais, respeitando a questão ambiental, há como

compartilhar as duas atividades. Além disso, vão ser criados mais empregos. Acho que foi uma medida sensata da parte do Tribunal de Justiça."

Comin considera que "a decisão do TJ é digna de figurar na história do desenvolvimento do Sul do Estado, visto que a mineração de carvão foi o que impulsionou o desenvolvimento da região". O deputado diz que também é preciso considerar os avanços tecnológicos dos últimos anos e pensar que a exploração do carvão não é mais feita com pás, picaretas e vagonetas, que estão fora do contexto assim como a doença pneumoconiose.

Lembra o parlamentar que a tecnologia da mineração de carvão mudou bastante. Os explosivos de subsolo deram

lugar a máquinas de última geração, houve mudanças no beneficiamento, a água do processo de lavagem do minério é tratada, assim como os rejeitos e, com isso, é possível minerar e ter agricultura na mesma localidade.



Comin: desenvolvimento



Dreveck: sensatez

Deputado defende projetos para aproveitar dejetos suínos

A implantação de uma secretaria estadual específica para cuidar do meio ambiente e a elaboração de projetos para o aproveitamento dos dejetos suínos, junto com linhas de crédito adequadas, são algumas soluções apontadas pelo deputado Décio Góes (PT) para o incremento da economia catarinense e como alternativa ambiental. Para o deputado, que tratou do assunto na sessão plenária do dia 27, faltam ainda políticas para as unidades de conservação, para o saneamento básico e o gerenciamento costeiro em Santa Catarina.

Góes diz que há a necessidade de mais criatividade e mais ação em determinados setores do governo estadual. Com as sugestões que anunciou, o deputado afirma que os solos poderão ser recuperados, a produção catarinense de alimentos pode ser incrementada e ainda será possível a exportação de adubo orgânico para os demais estados brasileiros e até para o Mercosul.

Originalmente, Santa Catarina é um estado privilegiado, lembra Góes, ao mesmo tempo em que contesta iniciativa do governo de comemorar, junto com a Celesc, a instalação de quatro usinas de 30 megawatts para gerar energia a partir de dejetos e gordura de suínos e frangos pela empresa multinacional norte-americana Contour Global. O parlamentar diz que o projeto destaca que as regiões com abundância de água têm boas chances de sediar o empreendimento. "Mesmo que saiba da gravidade da situação, há uma inércia em relação à política e ao

sistema estadual de meio ambiente", destaca.

Ele exemplifica com a ocupação desordenada e a falta de um plano de gerenciamento costeiro, fatos que comprometem o uso sustentável dos recursos naturais e atrativos turísticos no litoral; na Região Serrana e Planalto Norte, a expansão ilimitada dos reflorestamentos com espécies exóticas vem comprometendo a biodiversidade; no caminho do Oeste, a poluição das águas preocupa as atividades econômicas.

Soluções

Em relação aos dejetos suínos e camas de aviário, Décio Góes sugere soluções mais criativas e adequadas ao contexto socioambiental catarinense. Para o deputado, não adianta queimar qualquer tipo de biomassa para transformar em energia, pois isso não seria muito racional. "Assim, estaríamos eliminando a possibilidade de produzir gás natural, estaríamos queimando nitrogênio, fósforo e outros nutrientes e substâncias orgânicas imprescindíveis para a recuperação dos solos, cujos índices de nutrientes estão muito baixos."

Góes propõe que para repor esses nutrientes seja implantado um programa com linhas de financiamento pelo Badesc ou BRDE, a fim de produzir adubo orgânico em unidades automatizadas de compostagem. As unidades teriam instalação descentralizada em diversas propriedades, aproveitando a matéria-prima local que hoje polui os mananciais.

GERAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados recebem mudas de árvores de espécies nativas da Mata Atlântica em Santa Catarina

Plenário ganha decoração ecológica da Apremavi

Com o propósito de divulgar o Programa Clima Legal, lançado no dia 24 pela Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), o deputado Jailson Lima (PT) entregou aos demais parlamentares, durante a sessão ordinária do dia 27, mudas de árvores de espécies nativas da Mata Atlântica catarinense, entre elas o ipê amarelo e o pau-brasil. O programa foi lançado em Atalanta, mais especificamente no pé da Serra do Pitoco, e reuniu cerca de 60 pessoas para o plantio de 800 novas árvores.

O programa tem como meta incentivar a adoção e o plantio de mudas para o seqüestro de

carbono, ajudando, assim, a amenizar os efeitos do aquecimento global. É também uma estratégia para a conscientização ambiental, fortalecimento institucional da Apremavi e para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica, hoje com apenas 7% da área original.

Por sua atuação na área ambiental a Apremavi já conquistou os prêmios Ford de Conservação Ambiental, Fritz Müller, Expressão de Ecologia e Bem Eficiente, os troféus Amigo da Comunidade, Lobo Guará e Talentos Empreendedores, além do Diploma de Mérito Basílio Correia de Negredo, informou o parlamentar.

Preservação e recuperação

O lançamento do Programa Clima Legal marcou os 20 anos de criação da Apremavi, entidade com sede em Rio do Sul e um viveiro em Atalanta. Desde então seus voluntários trabalham na defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, sempre visando ampliar as condições de qualidade de vida da região.

Mais informações sobre o Programa Clima Legal podem ser obtidas no site da Apremavi (www.apremavi.org.br).

[GABINETES]

PARLAMENTARES DO MERCOSUL

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) participa nesta semana na Argentina, em Buenos Aires e La Plata, do encontro da União de Parlamentares do Mercosul (UPM). Entre os assuntos em discussão, está a assinatura do acordo interinstitucional que vai permitir a participação efetiva dos deputados regionais na elaboração das leis do Mercado Comum do Sul, ato este que deverá acontecer nos próximos dias.

Membro da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul na Assembléia Legislativa, o parlamentar considera fundamental a participação de legisladores estaduais em razão da necessidade de acompanhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Parlamento por aqueles que vivenciam diretamente os conflitos regionais. Lembrou da cláusula de barreira imposta pela Argentina na exportação da banana catarinense, onde, na busca de uma solução, o Estado precisou recorrer à bancada federal e o problema se arrastou, uma vez que os parlamentares federais estavam por fora do assunto. Outra questão relevante é o Corredor Bioceânico, ligando o Brasil ao Chile, passando pela Argentina aos Oceanos Atlântico e Pacífico, através da BR-282. (Carla Reche, assessora do gabinete do deputado Elizeu Mattos)

CONFERÊNCIA DA JUVENTUDE

O deputado Pedro Uczai (PT), representante da Assembléia Legislativa na organização da 32ª Conferência Regional de Juventude, que reuniu centenas de jovens, em São José, no dia 23, garante que a criação de políticas públicas específicas é o principal instrumento de geração de oportunidades aos jovens brasileiros.

Segundo ele, foi um dos maiores públicos das conferências regionais realizadas até agora, no evento que reuniu jovens de 13 municípios da Grande Florianópolis e representantes de 22 organizações não-governamentais e entidades juvenis. A conferência da Grande Florianópolis elegeu 35 delegados que vão participar, nos dias 15 e 16 de março, da Conferência Estadual, em Joinville.

Uma das propostas que serão defendidas já na Conferência Estadual de Santa Catarina será a criação do Conselho Estadual de Juventude, que permanece vetado pelo governador Luiz Henrique. As últimas conferências regionais ocorrem em Criciúma e Ituporanga nos próximos dias, além de Joinville que realiza seu encontro regional paralelo à conferência estadual. (Vagner Dalbosco, assessor do gabinete do deputado Pedro Uczai)

ENERGIA ALTERNATIVA

Empreendimentos energéticos para Santa Catarina, tendo como base a biomassa de cama aviária e esterco de porco, foi o tema abordado pelo deputado Valmir Comin (PP), em plenário. De acordo com o parlamentar, o atual sistema de abastecimento energético no território brasileiro sofre com a escassez, em especial o estado catarinense, que apresenta anualmente uma crescente necessidade de disponibilidade de energia elétrica.

Comin ressaltou que os investimentos em geração de energia elétrica no Brasil não acompanham o incremento da demanda, aumentando os riscos causados pelo déficit de energia elétrica, com uma estimativa de em torno de 5% ao ano nos próximos cinco anos, podendo sofrer variações.

Porém, o parlamentar mencionou que diante da crise é possível afirmar que o Brasil ainda possui um grande potencial energético não explorado, não apenas de origem hídrico, mas também do tipo térmico, com uso do carvão, ou com emprego de combustíveis alternativos, entre eles a cama de galinha, o esterco de porco e o cavaco de madeira, produtos abundantes no estado, em especial nas regiões Oeste e Sul. (Assessoria do gabinete do PP)

Comissão de Turismo discute manifesto contra a Farra-do-Boi

Integrantes do Movimento Aberto contra a Farra-do-Boi participaram da reunião do dia 27 da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT). Eles querem que o governo de Santa Catarina tome ações mais rígidas para coibir a farra-do-boi no estado e pediram apoio na luta contra a prática, comum no litoral catarinense durante o período da Quaresma.

Um manifesto contra a farra-do-boi assinado por 61 organizações nacionais e internacionais de proteção animal e do meio ambiente foi entregue à Comissão. Os

representantes pedem que a Comissão interceda junto ao governo para marcar uma reunião. Segundo Góes, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente vai entrar em contato com o governador para que o mesmo receba os representantes dos movimentos para discutir alguns pontos do manifesto.

A Comissão vai apoiar pontos como a realização de uma campanha oficial de conscientização, visando desestimular a prática, e o lançamento de cartilha a ser implantada pela Secretaria Estadual de Educação.

Caso estes e outros pon-

tos não sejam atendidos, as ONGs planejam realizar uma série de ações para boicotar o turismo em Santa Catarina. "Realmente é preciso que o governo estadual desestimele, previna e puna quem praticar a farra-do-boi. Mas boicotar o turismo pode ser um erro", disse Góes.

O parlamentar teme que a represália das ONGs prejudique o estado como um todo, mesmo sendo a farra-do-boi praticada por uma parcela ínfima da população. "Os produtos catarinenses vão ser muito prejudicados. Esse tipo de situação pode ser um tiro pela culatra."

COMUNIDADE

Bernardinho abre a edição 2008 do programa O Brasil em Debate

Ex-jogador e técnico vitorioso da seleção brasileira de vôlei vai falar sobre “A Busca da Excelência” no próximo dia 10

Denise Arruda Bortolon

O vitorioso técnico e ex-jogador de vôlei Bernardinho abrirá a edição 2008 do Programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, no dia 10 de março, para falar sobre “A Busca da Excelência”. A palestra terá início às 19 horas, no auditório Antonieta de Barros, em Florianópolis. O evento é uma promoção do Parlamento catarinense, com apoio da Associação Catarinense de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

O Brasil em Debate acontece uma vez por mês com personalidades de destaque nacional para discutir com a população temas relevantes do cenário nacional. Todas as palestras são gratuitas, com vagas limitadas.

As inscrições são feitas exclusivamente pela internet, através do site www.alesc.sc.gov.br. Para a primeira palestra do ano, as inscrições serão abertas nesta segunda-feira, dia 3 de março, a partir das 8 horas.



Bernardinho: de jogador a técnico

Uma bagagem de conquistas

Bernardo Rocha de Rezende, o Bernardinho, jogou pela seleção brasileira de vôlei entre 1979 e 1986. Foi técnico da seleção brasileira feminina adulta de 1994 a 2000. A partir de 2001, assumiu o comando da seleção masculina. Desenvolveu a palestra “Roda da Excelência”, onde dispõe valores como trabalho em equipe, liderança, motivação e perseverança. É o autor dos livros “Transformando suor em ouro” e “Cartas a um jovem atleta”.

Quando atuava como levantador, conquistou a medalha de bronze na Copa do Mundo, em 1981, e as medalhas de prata no Campeonato Mundial, em 1982, e nos Jogos Olímpicos de Los

Angeles, em 1984. Abandonou as quadras em 1988 e se tornou assistente-técnico.

Entre as conquistas de Bernardinho à frente da equipe técnica da seleção feminina, estão a medalha de bronze dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, e títulos no Grand Prix. Ganhou o ouro pelo sul-americano em 1997 e 1998. Também ficou com primeiro lugar no torneio classificatório para o Campeonato Mundial e ainda alcançou a medalha de bronze da Copa dos Campeões, todas em 1998.

Em 1999, Bernardinho comandou o time feminino na conquista da medalha de ouro dos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, no

Canadá; a prata no Grand Prix; o terceiro ouro consecutivo pelo Sul-Americano e a prata pela Copa do Mundo. Em 2000, ficou com o bronze nas Olimpíadas de Sidney, Austrália.

Já à frente da seleção masculina, Bernardinho ajudou sua equipe a conquistar a Liga Mundial em 2001 e 2003, o vice-campeonato da Liga, em 2002, e no mesmo ano a medalha de ouro inédita do Campeonato Mundial. Também conquistou o Sul-Americano em 2001 e 2003. Em 2004, em Atenas, na Grécia, conduziu sua equipe para a segunda medalha de ouro da história do voleibol brasileiro em Olimpíadas.



* Transcrição parcial da matéria “Bernardinho considera normais vaias na estreia do vôlei”, publicada na Reuters, em 24/07/07, sem qualquer relação com o seu conteúdo original.

A busca da Excelência, com Bernardinho.
Dia 10 de março, 19h,
no auditório da Assembléia.

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida



Realização

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O BRASIL EM DEBATE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA